

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Despacho nº 1/2015

de 19 de Outubro

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º da lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, determino que se publique, de imediato, na I Série do *Boletim Oficial*, o Texto da Declaração de Instalação do Tribunal Constitucional.

Praia, 15 de outubro de 2015.

O Presidente, *João Pinto Semedo***Texto da Declaração de Instalação do Tribunal Constitucional**

Considerando que a Constituição cabo-verdiana de 1992 adotou um sistema de controlo da constitucionalidade de cariz jurisdicional difuso, confiado aos tribunais ordinários, e concentrado no Supremo Tribunal de Justiça;

Tendo sido aprovadas as Leis n.º 108 e 109/IV/94, de 24 de outubro, que regularam o processo no Supremo Tribunal de Justiça como Tribunal Constitucional e os processos do Recurso de Amparo e de *Habeas data*, respetivamente;

Tendo a Assembleia Nacional, na revisão Constitucional de 1999, feito uma opção inequívoca, conferindo a competência para administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional ao Tribunal Constitucional, sendo este um Tribunal que se posiciona em primeiro lugar na organização dos Tribunais e autónomo das demais categorias de Tribunais;

Aprovada a Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juizes e os processos da sua jurisdição;

Eleitos pela Assembleia Nacional os primeiros juizes efetivos e substitutos, conforme a Resolução n.º 126/VIII/2015, de 14 de abril, publicada no *Boletim Oficial* n.º 24, I Série, de 14 de abril do mesmo ano e a Resolução n.º 131/VIII/2015, de 23 de abril, publicada no *Boletim Oficial* n.º 28, I Série, de 23 de abril, respetivamente;

Tendo a posse dos juizes sido conferida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República a 14 de maio de 2015;

Aprovado o Decreto-Lei n.º 32/2015, de 28 de maio, que regula a organização, composição e funcionamento da secretaria e do serviço de assessoria do Tribunal Constitucional;

Eleito e empossado o seu primeiro Presidente a 28 de setembro e 8 de outubro de 2015, respetivamente;

Criadas as demais condições para o início do exercício das suas funções;

Aos quinze dias do mês de outubro de 2015, na sede do Tribunal Constitucional, na cidade da Praia, na presença de Vossas Excelências, e ao abrigo do n.º 1 do art.º 139.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, declaro solenemente instalado o Tribunal Constitucional da República de Cabo Verde, o qual passará a administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional e a exercer todas as demais competências estabelecidas pela Constituição e pela Lei.

O Presidente do Tribunal Constitucional, *João Pinto Semedo*



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.